

EM DEFESA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nunca nos furtamos à nossa responsabilidade como Auditores Fiscais e Analistas Tributários, cargos da Administração Tributária e Aduaneira da União. Mesmo diante de sucessivas crises econômicas, com um orçamento a cada ano mais reduzido e sem concurso público há quase uma década, fazemos da Receita Federal um órgão de excelência, reconhecido internacionalmente pelas suas iniciativas, práticas e inovações e, sobretudo, pela capacidade técnica de seus servidores. São recordes sobre recordes de arrecadação, de redução de prazos, de dinamismo no comércio exterior, de apreensões e operações de fiscalização. Nossa resposta a toda sorte de adversidades tem sido a eficiência e a produtividade em todas áreas de atuação do órgão: na arrecadação, fiscalização, controle aduaneiro e previdência social.

Em 2016, firmamos acordo salarial onde previa-se a instituição do bônus de eficiência e produtividade. Buscamos construir um modelo remuneratório moderno, atrelado ao desempenho e ao mérito do corpo funcional, condizente com as exigências da sociedade brasileira pela prestação de serviços de qualidade pelo Estado.

Os valores dessa gratificação encontram-se congelados desde sua instituição, há 5 anos, precariamente fixados a título de antecipação. Buscamos incessantemente, por meio do diálogo, regulamentar o que está acordado e previsto em lei desde 2017. Nunca fomos devidamente considerados.

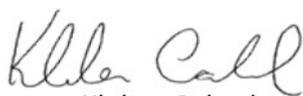
Vencemos todas as discussões técnicas referentes à regulamentação do Bônus de Eficiência, colhemos o compromisso do Ministro da Economia, do Ministro da Casa Civil e do Presidente da República em garantir no orçamento os recursos necessários para a regulamentação do acordo. Nada disso parece valer: nem a razão, nem a palavra.

Chegamos à votação da Lei Orçamentária de 2022 humilhados pelo descaso, aviltados ao constatar que até os recursos ordinários da Receita Federal, necessários à continuidade das atividades da máquina arrecadadora, são carregados para o reajuste de categorias de outros órgãos, a despeito de haver, dentro do Ministério da Economia, um acordo pregresso a ser honrado.

A partir desse momento, não há como permanecermos empenhados em ganhos de produtividade, a partir da dedicação e do sacrifício de um corpo funcional profundamente abalado em sua moral.

Não resta alternativa senão a entrega efetiva de todos os cargos comissionados e funções de confiança, bem como o afastamento do cumprimento de metas a cada dia mais elevadas. Deixa de ser nosso ônus a sustentação de um orçamento construído em nosso desfavor.

Que o Governo e o Congresso Nacional assumam suas responsabilidades!



Kleber Cabral
Presidente



Geraldo Seixas
Presidente